

A língua vernacular como instrumento de *poder* no Portugal de Quinhentos

Ana Paula AVELAR
(Universidade Aberta)

A língua vernacular surge no século XVI como um instrumento legitimatório de um poder¹. Tal é distintamente exposto pelos portugueses que em Quinhentos escrevem sobre a presença portuguesa noutras paragens extra-Europa onde se proclama a língua portuguesa como expressão de domínio. João de Barros exalta no seu *Diálogo em louvor da Nossa Linguagem* que: "As armas e padrões portugueses, póstos em África e em Ásia, e em tantas mil ilhas fóra da repartiçã das três pârtes da térra, materiães sam, e póde-âs o tempo gastár, péro nam gastará doutrina, costumes, linguágem, que os portugueses néstas térras leixárem."² Aliás, tal assunção inscreve-se numa posição claramente humanista.

Estamos num tempo em que, por toda a Europa, se vive a defesa da língua vulgar como instrumento de poder. As fronteiras dos estados e a necessária marca de unidade do governo passam também pela existência de uma mesma língua distinta de outras. É certo que este é um primeiro esforço associando-se, neste tempo, a ideia de a um território nacional corresponder todo um conjunto de aspirações comuns, expressas numa mesma língua. Contudo poucos eram os estados que, neste século XVI, possuíam uma mesma língua; o latim funciona como o instrumento de comunicação na Europa, isto apesar de se verificar um crescente movimento de tradução dos textos para as línguas vernaculares dos respectivos reinos.

Verdadeiramente paradigmática é a prática de escrita que encontramos num tratado italiano, redigido em 1522, sobre as precauções a serem tomadas contra a peste: a primeira parte é escrita em latim e a segunda na língua vernacular. As questões que se prendem com a administração do Estado levam a que os governantes determinem o uso da "língua comum": a coroa inglesa determina o uso do inglês, mesmo no momento em que Inglaterra e Gales se unem em 1536; a coroa francesa, em 1539, determina que somente se use nas Cortes o francês do norte, a chamada *langue d'oeil*; a Inquisição espanhola organiza todos os seus processos em castelhano, mesmo em regiões onde este era muito pouco falado pela população local. Devemos no entanto afirmar que apesar de ser este um movimento que se inicia no século XVI, é um processo de longa duração. Como escreve Henry Kamen: "...The trend towards an imposition of a 'common tongue' was irreversible, and had significant consequences. France under Louis XIV and Spain under Philip V began a policy of administrative change to improve government, took over a century to mature."³

Factor incontornável é o facto de a língua funcionar como um instrumento de domínio. Desde a Pérsia às Molucas os negócios são estabelecidos através de formas de comunicação que comportam escassos substantivos, verbos no infinitivo, gestos e ... *the finger language of price bargaining*⁴. Entender o *Outro* é o imperativo dos *Novos Tempos*, e não deixa de ser sintomático que, logo nos primeiros contactos com os nativos do Novo Mundo, nos deparemos com frequentes expressões de desânimo, motivadas pelas dificuldades sentidas no acto de *comunicar*: "... 'Both parties were grieved that they did not understand one another,' writes Columbus, in 1500, 'they in order to ask the others of our country, and our men in order to learn about their land'"⁵

Assistimos a um esforço na compreensão do *Outro*, na percepção da sua linguagem, através do recurso a intérpretes; atente-se no que é afirmado por Pero Vaz de Caminha na sua carta a el-rei D. Manuel, quando relata a sua estada em terras de Vera Cruz. No momento da

partida são deixados dois homens que estavam condenados ao degredo, visto *ser gente que ninguém entende*.⁶ Esta é uma prática corrente. As informações colhidas e posteriormente fornecidas pelos lançados funcionam como fonte a ulteriores expedições. Não é de estranhar que Fernando Cortés, numa carta datada de Setembro de 1526, escreva a propósito do acolhimento a uns enviados de uma tribo local, quando se encontrava em Trujillo (México): "when they arrived I welcomed them, and after giving them a few small things, spoke to them through my interpreter, for their language is almost the same as that of Culua, except for a few words and slight differences in pronunciation."⁷

Não é de modo algum por acaso que surge apenas ao manuscrito da descrição da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, escrito por um dos participantes da mesma e que se encontrava depositado na livraria do antigo Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, um pequeno texto intitulado *a linguagem de Calecute*, isto, para além de uma relação geográfico-comercial de alguns reinos que estão *de Calecute para a banda do sul* e de uma tabela do preço por que se vende a especiaria em Alexandria.

Este pequeno vocabulário malaio-português regista uma variedade de vocábulos, os quais tocam a designação do género, homem/mulher, e a nomeação de toda uma panóplia de designativos físicos, a saber: *mãos, dentes, beiços, nariz, olhos, testa, cabelos, cabeça, orelhas, língua, pescoço, peitos, mamas, braços, estômago, pernas, barbas, dedos*, assistindo-se neste elenco de palavras a um nítido enfoque nos elementos faciais. Mas a atenção do autor do escrito ateu-se igualmente na tradução de expressões muito simples e imediatas que indiciam o estabelecimento dos primeiros contactos relacionais com o *Outro*, como sejam, *tira-lhe, dá-me, come, toma, não quero, vai-te, vem cá, levanta-te, daí-lhe*, expressões tradutores de ordens, ou palavras como *beijar* ou *morder*.

De igual modo nos deparamos com os vocábulos ligados aos sentidos (*olha, ouves, falar*), e aos estados de espírito (*doído, sisudo*). Por outro lado, e ainda que o copista tenha riscado algumas palavras, ocorrem alguns vocábulos que traduzem insultos. *O pescado, o mastro, a corda, os papagaios, as pombas, as lagostas, o lume, o dormir* ... são outras das palavras consideradas neste pequeno vocabulário⁸. Os elementos náuticos e as fórmulas de saudação foram igualmente contemplados. Não nos deveremos esquecer que desde 1480 os relatos dos viajantes europeus começam a incluir pequenos glossários relativos as palavras estrangeiras que consideram ser úteis a quem se aventure por tais paragens. Estes surgem em apêndice às narrativas.

Estas práticas mantêm-se e por vezes os pequenos vocabulários tocam diferentes universos espaciais; observe-se o apêndice incluso na relação que António Pigafetta, gentil-homem vicentino e cavaleiro de Rhodes que escreve a *Navegação e Descobrimto da Índia Superior*; leia-se o relato da viagem de Fernão de Magalhães. Aí deparamo-nos com um conjunto de vocábulos dos povos que habitariam os lugares onde este expedicionário teria feito escala durante a viagem. As áreas referenciadas são as seguintes: Brasil, Patagónia, ilhas do mar do sul (Filipinas, Molucas, Malaca...)⁹. No contacto com os novos espaços o pragmatismo revela-se e a língua é marca e exercício de poder.

Exemplares são as palavras de António de Nebrija ao oferecer, em 1492, num momento em que Colombo atinge o Novo Mundo, a sua Gramática Castelhana aos Reis Católicos onde afirma que, observando a recordação e memória de todas as coisas que permaneceram escritas, tinha constatado que sempre a *língua tinha sido companheira do Império e de tal maneira esta o seguiu, que juntamente começaram, cresceram e floresceram, e caíram*¹⁰. Esta inscrição

nitidamente humanista e evocadora dos Antigos, leia-se Roma, antecipa a escolha de um outro domínio linguístico utilizado nos círculos diplomáticos europeus para além do latim. Ao italiano sucede, a partir de 1559, o francês, isto apesar de o espanhol durante algum tempo ser um concorrente a ter em atenção¹¹.

Perante o facto de as línguas vulgares serem utilizadas, a par do latim, nos planos literário, científico e administrativo, levantam-se objecções, e desencadeia-se aquilo que é conhecido pela chamada "questão da língua", isto é, torna-se necessário que se assista a uma certa *normalização linguística*. Sendo uma das primeiras gramáticas, o texto de Nebrija é confrontado pelos que escrevem em Portugal sobre a língua portuguesa; atente-se em Fernão de Oliveira e na sua *Gramática da linguagem Portuguesa* ou em João de Barros e na sua *Gramática da Língua Portuguesa*.

A evocação de Nebrija na obra em que Barros explana o domínio português noutras paragens, na sua *Ásia... dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, traduz esta ideia da língua/História enquanto instrumento de poder. No prólogo da *Terceira Década*, naquele que é o fecho do seu programa historiográfico onde nuclearmente se debruça sobre a lição da História, e sobre a forma como esta serve os homens e como estes a intuem e percebem¹², Barros referencia Nebrija e a *Crónica* por este escrita sobre D. Fernando e D. Isabel de Castela, critica aquilo que considera ser a *não verdade* do seu discurso, questionando os factos apresentados: "...disse taes abominações del rey dom Anrique, & da Rainha dona Ioanna sua molher: que pera tam docto baram fora mais seguro a sua consciencia & nome, por dizer que dictas. E perdoeme a sua alma, por que melhor é que fique elle com esta nota de paixam ou complacencia: que tães principes jnfamádos per sua escriptura."¹³

O labor humanista, tanto de Nebrija como de João de Barros, tem amplas similitudes, senão vejamos: Élio António de Nebrija (1444-1522) escreve: as *Introductiones latinae* (1481) uma gramática latina que tem como propósito o ensino daqueles que aprendem o latim, sendo utilizado pelos mestres de latim até ao século XIX; o *Iuris ciuilis lexicon* (1486); o primeiro dicionário de latim-castelhano, castelhano-latim (*Dictionarium latinum-hispanum et hispanum-latinum*, 1492); a *Gramatica de la lengua Castellana* (1492); e as *RERUM A FERNANDO & ELISABE HISPANIARU[M] FELICISSIMUS REGIBUS GESTAR[IBUS] DECADES DUAS* as quais saiem postumamente em 1545¹⁴.

Ainda que subscreva outros autores de que se socorreu para escrever esta sua obra historiográfica, traduzindo o louvor aos Reis Católicos, a inscrição de Nebrija, numa matriz clássica Tito Liviana, é por demais evidente. Aliás a necessidade de um registo do presente, da memória da História aparece evocado no prólogo à sua *Gramática* dirigido à Rainha D. Isabel: "I será necessaria una de dos cosas: o que la memoria de vuestras hazañas perezca con la lengua: o que ande peregrinando por las naciones estranjeras: pues que no tiene propria casa en que pueda morar. En la çama de la cual io quise echar la primera piedra."¹⁵

Também o nosso João de Barros se debruça sobre as questões da língua e do Império, esboçando e cumprindo o seu *programa* de escrita. Fá-lo não só naquela que é a sua obra maior a *Ásia... Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, mas também noutras obras que não se debruçam sobre o tema da Expansão. Na *Ásia...* tal propósito é evidente até porque o cronista tem como espaço de acção as terras e mares do Oriente - e os actores - os portugueses. Nos três primeiros livros da primeira *Década* expõe-se o percurso da Expansão portuguesa desde as expedições ordenadas pelo Infante D. Henrique até à primeira viagem de Vasco da Gama, fechando a *Quarta Década* com o ano de 1539.

A *Ásia*... enquadra-se num edifício maior por ele idealizado, o qual expõe o percurso imperial português. Este é intuído na organização dada por Barros à narrativa, a qual se corporiza em três partes: a primeira, apelidada de conquista, a que o autor chamada de milícia, a segunda, navegação, a qual se reporta à Geografia, e a terceira, o comércio, onde se desenvolve a temática que envolve a mercadoria.

É na articulação entre este programa historiográfico, ou melhor o que dele conhecemos, a sua *Ásia*..., e os outros *programas* de escrita, i.e., as obras em que se debruça especificamente sobre a língua *vulgar*, que devemos analisar o modo como este humanista português a pensou e manipulou, espelhando o seu tempo. A língua é um instrumento do poder, do Rei, e serve um Império. Os que escrevem crónicas da Expansão, dão voz a um Reino, o de Portugal, explanam a sua presença e domínio Extra-Europa, reflectem o Império. São escritas em português e a novidade do facto é claramente evocada. Recorde-se o que regista Fernão Lopes de Castanheda: "...fuy tambem ho primeiro que mostrey ho engano que muytos tinhamo que na lingoa Portuguesa não se podia escrever quanto quisessem assi como nas outras, se ouvesse quem ho soubesse fazer..."¹⁶. Este cronista inspira-se em Sá de Miranda, no cultor da língua portuguesa e seu acérrimo defensor.

Observemos os escritos que se debruçam sobre o problema da *língua*. Este é um período marcado pelo concretismo pragmático e presencialista, revelado nomeadamente nas gramáticas portuguesas do século XVI, onde se observa a linguagem e se exorta as virtudes das línguas vernaculares. Os primeiros autores que escrevem sobre a língua vernacular, não se limitam a produzir textos, versando esta temática: são homens que exultam o seu presente, nomeadamente através de obras que evocam a História de Portugal, uma presença noutros espaços, obras que repercutem um tempo.

Conheçamos um pouco melhor os autores que em Quinhentos escrevem textos gramaticais. Começemos por Fernão de Oliveira. Este autor redige, para além da primeira *Gramática da língua Portuguesa* (1536), a *Arte da guerra e do mar* (1554), o *livro da Fábrica das Naus*, o qual permaneceu manuscrito até ao séc. XIX, a *Arte da Navegação*, uma obra escrita em latim e que se encontra perdida, e uma *História de Portugal*, da qual conhecemos alguns fragmentos. As suas intensas deambulações, nomeadamente por Espanha, onde se pensa que terá redigido a sua Gramática¹⁷, Itália onde desempenhou algumas missões diplomáticas junto do papado, Inglaterra onde frequenta a corte de Henrique VIII, e norte de África, traduzem o percurso deste português de Quinhentos.

É, aliás, interessante referir a sua curta estada na Universidade de Coimbra onde nos deparamos com o registo da sua nomeação para corrector da Impressão nesta Universidade a partir de Outubro de 1554¹⁸, ainda que em 1556 surja a notícia de que seria substituído, enquanto estivesse no cárcere da Inquisição, por Cristovão Nunes. Ter-se-ia, nesta curta permanência, cruzado com Fernão Lopes de Castanheda, visto este cronista ter ocupado vários cargos nesta Universidade desde bedel das Artes, a guarda da Livraria e do Cartório. Por outro lado, a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda foi impressa pela Universidade de Coimbra, dando à estampa o seu sétimo livro em 1555¹⁹ na sequência dos anteriores. Podemos até especular que possivelmente Fernão de Oliveira teria acompanhado a sua impressão.

Já na sua *Gramática* Oliveira claramente defende o poder da língua, agora que é tempo e como escreve, *somos senhores ensinemos a Guiné... E não desconfiemos da nossa língua porque os homens fazem a língua, e não a língua os homens*.²⁰

A defesa da língua e a defesa do Império são claramente assumidas por João de Barros, o autor da segunda gramática da língua portuguesa. Fá-lo também neste seu *programa* de escrita. O edifício narrativo de Barros, no que concerne a "questão da língua" é ditado pelo pragmatismo e funcionalidade²¹. Assim escreve e recordamos a *Cartinha com os Preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja*,²² (1539) a qual subscreve um nítido intuito didático, o ensino aos da mais tenra idade. Este propósito é marcadamente exposto na introdução que dirige ao príncipe D. Filipe, filho de D. João III, o qual morreu no ano da sua impressão: "Quál será, lógo, a linguágem que nésta tenra e dilicada idáde de vóssa Alteza máis natural e máis obediente vos déve ser, senám a vóssa portuguesa, de que vos Deos fez príncipe e rei em esperança? Aquéla que em Európa é estimáda, em África e Ásia por amor, ármes e leis tam amáda e espantósa, que per justo título lhe pertence a monárquia do már e os tributos dos infiéis da terra..."²³ É a defesa do Império, a assunção da língua como instrumento de poder²⁴.

Na *Gramática da Língua Portuguesa* expõe a *ciência das letras ... um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos*²⁵. O exultar a língua vulgar espelha-se didacticamente em *O Diálogo em Louvor da nossa Linguagem*. Claramente se evoca o seu poder e a consciência que dele tinham os que construíram um Império como César ou Carlos Magno: "... máis se estimáva a vitória que a sua lingua tinha, em ser reçibida de todalas bárbaras nações, que de ás someter ao jugo do império. E neste cuidádo foram tam solçitos, que andando antre os pártos e outros tam bárbaros póvos, nam consentiam que falássem senám a sua língua latina, por demonstrar oimpério que tinham sobre todalas outras nações."²⁶ A língua perdura um domínio, e o português cumpre essa função.

O ciclo didático fecha-se com o *Diálogo da Viçiosa Vergonha*, pois: "Porque, depois que os mininos saém das lêteras, que é o leite de sua criação, coméçam a militar em costumes pera que lhe(s)convém ármes aos vícios naturáes de sua idade. E, como a viçiosa vergonha é o primeiro imigo que ôs cométe, forjámos, neste seguinte diálogo, ármes com que se déla pôdem defender."²⁷ A tecitura da obra de Barros urde-se nos vários nódulos do seu *edifício das letras*, não podendo de modo algum ser entendido o seu *programa* gramático desligado da sua construção maior, a crónica da Expansão, a sua *Ásia*.

Ainda no século XVI, e evidenciando esta mesma galáxia temática presidida pelo binómio da *Arte da língua vernacular e Arte da História*, encontramos Pero Magalhães Gândavo. Este redigiria para além do seu *Tratado da Província de Brasil*, o qual só daria à estampa no século XIX, a *História da Terra de Santa Cruz*, impressa em 1576, e a sua obra gramatical intitulada *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da língua Portuguesa, com hum Diálogo que adiante se segue em defensam da mesma Língua* (1574). Saliente-se que este diálogo é travado entre um castelhano e um português.

Fechando o ciclo dos que redigem estes textos gramaticais no século XVI citemos Duarte Nunes de Leão²⁸, o qual, para além de redigir várias obras na área do Direito, e outras de carácter nitidamente historiográfico como as crónicas sobre os Reis de Portugal, escreve a sua *Orthographia da Lingoa portuguesa* (1576), apesar dos murmúrios de que foi alvo²⁹, e a *Origem da Língua portuguesa* (1606). Contudo este é um tempo diferente, aquele em que como define Maria Leonor Buescu se vive nos alvares do Barroco: "... a obra de Nunes do Lião é, pois, um testemunho documental e elucidativo da transição, talvez dramática, do espírito do Renascimento para o espírito Barroco, enredado numa nova angústia e numa nova maneira de estar no mundo."³⁰ A dinâmica que deve ser estabelecida entre a palavra e a escrita da História não deixa todavia de ser

evidenciada, nomeadamente naquilo que se considera ser a necessária concordância entre a elevação do tema e a sua narração³¹.

Do *edifício das letras* e da sua funcionalidade na formulação do poder apenas vislumbrámos algumas faces; importa continuar os caminhos analíticos aqui esboçados, detectar as redes culturais vivenciadas neste Portugal da Expansão, expor os homens que escrevem neste tempo e neste reino.

Notas

¹ Cf. Ana Paula Avelar, "A cronística portuguesa da Expansão- Modelos e práticas discursivas- Narrativas de um Poder em Questão", in *Actas do Colóquio internacional –Discursos de legitimação*, Universidade Aberta, cd-rom, 2002. Nesta comunicação desenvolvemos algumas das vertentes relacionadas com esta temática.

² João de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa, cartinha, gramática, diálogo em Louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1971, p.405.

³ Henry Kamen, *Early Modern European Society*, London, Routledge, 2000, p.8.

⁴ John Hale, *The Civilization of Europe in the Renaissance*, New York, Atheneum,1994, p.160.

⁵ Stephen Greenblatt, *Marvelous possessions-the wonder of the New World*, Chicago, The University of Chicago Press, 1991, p.92.

⁶ Cf. Pêro Vaz de Caminha – *Carta a el-rei d. Manuel*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, p. 53.

⁷ Anthony Pagden, *Hernan Cortes –Letters from Mexico*, New Haven, Yale, 1986, p. 417.

⁸ Cf. *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, Porto, Livraria Civilização, 1945, p.89.

⁹ Cf. Ed. Neves Águas, Fernão de Magalhães – *A primeira Viagem à volta do Mundo contada pelos que nela participaram*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1990, pp. 121-130.

¹⁰ "Cuando bien conmigo pienso mui esclarecida Reina: i pongo delante los ojos el antigüedad de todas las cosas: que para nuestra recordación e memoria quedaron escriptas: una cosa hallo e saco por conclusión mui cierta: que siempre la lengua fue compañera del imperio: e de tal manera lo siguió: que junta mente començaron. crecieron. e florecieron. e después junta fue la caída de entrambos." António Nebrija, *Gramatica de la lengua Castellana*, Salamanca, 1942, prólogo.

¹¹ "It was in fact from 1559 that French began its long career towards becoming the politician's second language. For a while there was some competition from Spanish. Spanish costume,sub.fusc but elegant, was widely copied. The great range of Spanish power was deferred to. But language dis not, as Nebrija had anticipated, march with empire; in the southern Netherlands more French than Spanish was spoken, Franche–Comté was an exclusively French –speaking area; even in vice-regal circles Spanish had little impact in Milan and Naples; in Germany, Austria and beyond,the Habsburg cousinhood balked at the importation of a language so at odds with the Teutonic and Slavonic roots of their subjects 'tongues.'" John Hale, *op.cit.*, p. 163.

¹² Cf. Ana Paula Avelar, *Da Ars Histórica – A cronística portuguesa da Expansão no confronto com a alteridade*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999 (Edição policopiada), pp. 104-171.

¹³ João de Barros, *Ásia ...Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente - Terceira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, prólogo.

¹⁴ RERUM A FERNANDO & ELISABE HISPANIARU[M] FOELICISSIMUS REGIBUS GESTAR[IBUS] DECADES DUAS. Necno[n] bellii Navariensis libros duos. Annexa insuper Archiepi Roderici Chronica, aliisque historiis antehac non excussis. [Segue:] Rerum in Hispania gestarum Chronicon Libri novem nuperrime excussi. Adiecta insuper Ostrogothorum, Hugnorum, Vandalorum, caeterorum q[ue] historia. Necnon Genealogia Regum Hispanorum Revere[n]di patris Domini Alpho[n]si de Carthagenae Episcopi Burgensis. [Segue:] PARALIPOMENON HISPANIAE LIBRI DECEM antehac non excussi. [Imp. Sancho de Nebrija.] Granada, 1545. As três partes que compõem a obra, seguem, ou melhor, cruzam-se com outros textos, como referenciam os bibliófilos. Segundo estes, o autor António de Nebrija transcreveu manuscritos, traduziu e compôs obras várias. A primeira parte segue a História de los Reyes Católicos, de Hernando Pulgar, e existem similitudes evidentes com a História de la Guerra de Navarra de Luis Correa. Refere-se que o texto que corresponde à crónica dos reis católicos é uma tradução da obra de Fernando Pulgar. Relativamente à segunda parte considera-se que existem semelhanças com o Cronicon de Jiménez de Rada e a Genealogia de los Reyes de los Españoles de Alfonso de Cartagena. Já na terceira parte encontram-se os ecos de Paralipomeno de España, do bispo de Gerona, Joan Margarit.

¹⁵ Cf. António Nebrija, *op. cit.*, prólogo.

¹⁶ "E ajudoume a mostrar esta verdade aquele grande poeta Portugues de muyto grande erudição ho doutor Francisco de Sá, com as obras que tem compostas na nossa lingua em prosa &

em verso, outro Terencio de nosso tempo, outro Plauto, & outro Virgilio." Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos portugueses*, Porto, Lello & Irmão, 1979, I, p. 494.

¹⁷ Não nos devemos esquecer que Oliveira cita na sua *Gramática* Nebrija, como aliás já assinalámos escrevendo: "Diz António Nebrissa que temos na Espanha somente as letras latinas, mas porque é verdade que são tantas e tais letras como as vozes, nós diremos que de nós aos latinos há aí muita diferença nas letras, porque também as temos nas letras, porque também a temos nas vozes, e não é muito, pois somos bem apartados em tempos e terras, e não somente isto, mas uma mesma nação e gente de um tempo a outro muda as vozes e também as letras." Maria Leonor Carvalhão Buescu, *A Gramática da linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, p.46. A passagem de Nebrija, a que Oliveira se refere, é: "Mas io creeria que de ninguna otra nacion las recibimos primero: que delos romanos: quando se hizieron señores della: quasi dozientos años antes del nacimiento de nuestro salvador. por que si alguno delos que arriba diximos: traxera las letras a españa: oi se hallarian algunos momos alo menos de oro e de plata: o piedras cauadas de letras griegas e punicas: como agora las vemos de letras romanas..." António Nebrija, *op. cit.*, cap.II. É claramente através da exposição do passado histórico que Nebrija explica a origem das letras, no seu segundo capítulo o qual se intitula "*de la primera invención de las letras. e de dónde vinieron primero a nuestra España.*"

¹⁸ Cf. Mário Brandão, *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1969, II, C, p. 114. (liv 3, fls.67v^o-69.)

¹⁹ O impressor do mesmo foi João Barreira. Sobre a vida de Fernão Lopes de Castanheda cf. Ana Paula Menino Avelar, *Fernão Lopes de Castanheda-Historiador dos portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha?*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 17-66.

²⁰ Toda esta passagem é bastante elucidativa; ainda que extensa, passamos a citar: "O estado da fortuna pode conceder ou tirar favor aos estudos liberais e esses estudos fazem mais durar a glória da terra em que florescem. Porque Grécia e Roma só por isto ainda vivem, porque senhoreavam o Mundo mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas e em elas escreviam muitas boas doutrinas, e não somente o que entendiam escreviam nelas, mas também trasladavam para elas todo o bom que liam em outras. E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu, esquecendo-nos do nosso. Não façamos assim, mas tornemos sobre nós agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma, ainda que ela agora tivera toda sua valia e preço. E não desconfiemos da nossa língua porque os homens fazem a língua, e não a língua os homens." Maria Leonor Carvalhão Buescu, *A Gramática da linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira*, pp. 42-43.

²¹ "E, ante que se trate da gramática, poerei os primeiros elementos das lèteras, em módo de arte memorativa, por máis fácilmente aprenderem a ler. E desi os preceitos da lei e os mandamentos da Igreja, com um tratado de ouvir a missa.

E no fim da gramática vam dous diálogos, um em louvor da língua portuguesa e outro da sobeja vergonha, matéria conveniente à idade em cujo proveito ésta nossa obra se cõmos." João de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa, cartinha, gramática, diálogo em Louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*, p.240.

²² Recorde-se que esta é a primeira parte da *Gramática da Língua Portuguesa*.

²³ João de Barros, *Gramática da Língua Portuguesa, cartinha, gramática, diálogo em Louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*, p.240.

²⁴ "Da qual obra óra temos um divino exemplo na conversám de çinquenta e sête mil álmãs na terra do Malabár, onde Sam tomé com tanto trabalho e martírio passou desta vida à celestial glória. Com zelo de aprender a quáil língua, quátro dos príncipaes deste povo veeram este ano, por, máis sem pejo e, per éla, aprender os preceitos da lei em que esperam acabar." *Ibidem*, p.240.

²⁵ Cf. *Ibidem*, p. 293.

²⁶ *Ibidem*, p. 404.

²⁷ *Ibidem*, p.412.

²⁸ Veja-se a propósito a nota biográfica inserida na obra: Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 9-35.

²⁹ Como ele afirma: "E se ao cardeal Petro Bembo varão tam insigne em todas as letras, e a João Francisco Fortunio jurisconsulto d'este tempo, não lhe estranharam os seus escrever a

grammatica Thoscana, não me devem acoimar os meus a portuguesa, de que elles tem mais necessidade, moormente a orthographia, que entre nós anda tam depravada (...)" *Ibidem*, p. 20.

³⁰ Maria Leonor Carvalho Buescu, *Gramáticos portugueses do séculoXVI*, Lisboa, Instituto de alta Cultura, Biblioteca Breve, 1978, pp. 20-21.

³¹ No texto que passamos a citar da *Origem da lingua Portuguesa* de Duarte Nunes de Leão claramente se demonstra o que afirmamos: "É também necessária a cópia de palavras para delas fazerem escolha os que falam ou escrevem de coisas graves, como são os historiadores que não devem servir-se de palavras comuns aos baixos e mecânicos, senão congruentes à matéria que tratam e às pessoas a que falam ou escrevem, porque hão-de respeitar o capto de gente mais nobre e de maior entendimento, que tem diferentes termos de falar, ca assim como os músicos no que cantam ou tangem se acomodam com a qualidade e capacidade dos ouvintes, porque um homem plebeu ou rústico, mais se contentará de ouvir uma chacota ou cantiga vilanesca que uma canção de artificiosa compostura e de toada mui lamentável: assim os que escrevem ou falam se devem acomodar aos maiores ou mais nobres e á sua maneira de falar." *Ibidem*, p.101.